

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Angela Lúcia Ferreira-UFRN

angela.ferreira@pq.cnpq.br

Maria do Livramento M. Clementino-UFRN

mlmclementino@gmail.com

Introdução

Os processos de reestruturação produtiva e a busca de inserção na economia globalizada implicam em absorção de novos padrões de produtividade e de competitividade, trazendo consigo grandes e generalizadas transformações, não somente nas Grandes cidades e áreas metropolitanas. Ao mesmo tempo em que assumem importância estratégica para o desenvolvimento de estados menos dinâmicos economicamente, que também são impactados por essas mudanças, terminam por gerar aprofundamento das desigualdades sociais, da pobreza e dos riscos de intensificação dos processos de exclusão social nas diferentes escalas territoriais. Nessas articulações econômicas e espaciais, os centros intermediários também ganharam espaço. Ao considerar o processo da metropolização brasileira e tomando Natal como uma “aglomeração urbana não metropolizada”, pode-se dizer que os efeitos daí decorrentes ocorreram localmente em menor grau e intensidade. No entanto, internamente e em relação às particularidades de cada processo, os impactos podem corresponder às dinâmicas urbanas e reconfigurações territoriais diferenciadas.

Dessa forma, o trabalho tem por objetivo compreender as dinâmicas urbanas recentes – período entre 1980 e 2010 – da Região Metropolitana de Natal (RMN), no contexto das transformações macroeconômicas e sociais, articulando dinâmicas locais a esses macro contextos. O momento estudado ganha especial relevância por apresentar mudanças sociais importantes no curso de crescimento econômico que havia se (re)iniciado no começo dos anos de 1990, no Brasil.

Mudanças podem ser verificadas sob diversas óticas. O estudo privilegiou aquelas consideradas capazes de avançar a análise na formulação conceitual da “metrópole brasileira”, constituída pelas condições econômicas, sociais e geográficas concretas que presidiram o desenvolvimento do “capitalismo periférico e associado”(Ribeiro, 2013). Considerou a

existência de dados ou indicadores disponíveis para todas as regiões metropolitanas (Censo do IBGE; base de dados do CEMPRE), bem como o roteiro analítico desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles para a realização de estudo comparativo entre as metrôpoles brasileiras, sem perder de vista a importância e o alcance explicativo das especificidades locais. Nesse sentido, o caminho de análise percorrido segue o objetivo inicial da pesquisa maior, a qual pretende entender a organização social do território de Natal (padrões, dinâmicas e mudanças) no período 1980-2010. Cabe observar que, na busca de compreender as dinâmicas urbanas recentes da RMN num contexto mais amplo, este artigo privilegiou no roteiro, anteriormente citado, o que se refere à análise das transformações macro econômicas e macro sociais, como explicitado na Figura 1.

Figura 1 – Roteiro analítico das transformações macroeconômicas e sociais.



Fonte: Observatório das Metrôpoles.

Nota: Adaptado pelas autoras.

O trabalho está estruturado em dois itens nos quais se pretende, inicialmente, apresentar os principais elementos que configuram o contexto regional em que se manifestam as transformações recentes (Item 01), que demarcam a inserção da Região Metropolitana de Natal – RMN, no contexto da metropolização brasileira e regional (Item 02).

O macro contexto regional das transformações recentes

Ao entender a lógica capitalista como propriamente desigual, torna-se relevante observar que a integração produtiva e o dinamismo alcançado pelo mercado nacional anterior ao período neoliberal ocorreram de forma diferenciada no Brasil. Resumidamente, na relação

entre a industrialização e o sistema urbano brasileiro, os impulsos dados pela indústria aumenta a circulação da economia e esta é realizada: a) pela intensa urbanização pós anos cinquenta; b) pelas mudanças econômicas e tecnológicas; c) pela forte concentração econômica espacial; e d) pela cidade, ao assumir seu papel de centro regional de densidade populacional e econômica.

O primeiro dos grandes elementos que deve ser levado em conta, quando a análise recai sobre estados da região Nordeste, se refere às formas de organização/articulação desse capitalismo emergente, resultado das determinações pós 1970; o segundo é concernente às mudanças na gestão pública e privada implicada por tal reorientação, ou seja, às próprias formas de regulação introduzidas. Ambos os elementos determinam intensos ajustes espaciais e influenciaram na forma como as regiões – em diferentes escalas – buscaram se inserir nas mudanças em curso. No Nordeste, por exemplo, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram privilegiados no balanço dos investimentos públicos e privados realizados desde o início dos incentivos efetivados pela SUDENE. O ponto de partida, portanto, foi a esfera produtiva e o seu processo de reestruturação, que teve maior vigor na conjuntura vivida pelo mundo na década de 1970 e, particularmente, no Brasil nos anos 1990.

E importante resgatar, ainda, que a territorialidade do movimento da indústria – face às imposições da reestruturação produtiva dos anos noventa e os nexos que apontam para a desindustrialização – precisa ser relativizado quando se consideram as heterogeneidades dos seus efeitos para os diferentes contextos espaciais brasileiros. A perda de referência da escala nacional, efeito mais importante, está inclusa na dinâmica do ajuste econômico neoliberal. Nesse sentido, ganha maior nitidez a divisão espacial do trabalho com a integração promovida pela industrialização. Regionalmente, esse processo gera localização concentrada e fortes desequilíbrios até 1970 quando, na hipótese de Wilson Cano (2008), passa a haver desconcentração produtiva regional no Brasil, processo econômico “virtuoso” até os anos 1980. A partir de então, a desconcentração produtiva torna-se “espúria”, pois rompe com a integração do mercado nacional (Cano, 2008). No auge desse deslocamento, deu-se a fase de intensa metropolização no Brasil (anos 1970 e 1980). O expressivo papel das áreas metropolitanas é manifestado pelo agigantamento de São Paulo e Rio de Janeiro e incorporou uma gama de outras cidades espalhadas por várias partes do país.

O desempenho dos centros mais dinâmicos do Nordeste nos anos recentes, assim como a incorporação de novas polarizações e o crescimento do grau de urbanização regional refletem essa tendência de descompressão da concentração da renda nacional, embora a região

ainda demande grandes inversões em infraestrutura, educação, qualificação de mão-de-obra e em sua base produtiva para que se possa verificar convergências intra e inter-regionais de produtividade, renda e qualidade de vida. Ao examinar a *performance* do Nordeste em relação ao Brasil, temos que o Nordeste detém em 2010: 27,8% da população brasileira, 13,5 % do PIB e 6.7% da renda gerada nacionalmente, 27,5% da População em Idade Ativa (PIA) e 26,4% da População Economicamente Ativa – PEA (Clementino et al., 2013). Do ponto de vista ocupacional, a região em destaque participa, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE em 2006, com 15,8 % das pessoas ocupadas, 12,17% da massa salarial e com 15,65% das unidades locais de empresas brasileiras. A composição da atividade econômica no Nordeste aponta que a indústria de transformação participa com 12,44% das pessoas ocupadas, 8,02 da massa salarial do país (indicando que os salários pagos são menores) e 12,61% das unidades locais dessas empresas (Clementino et al., 2013).

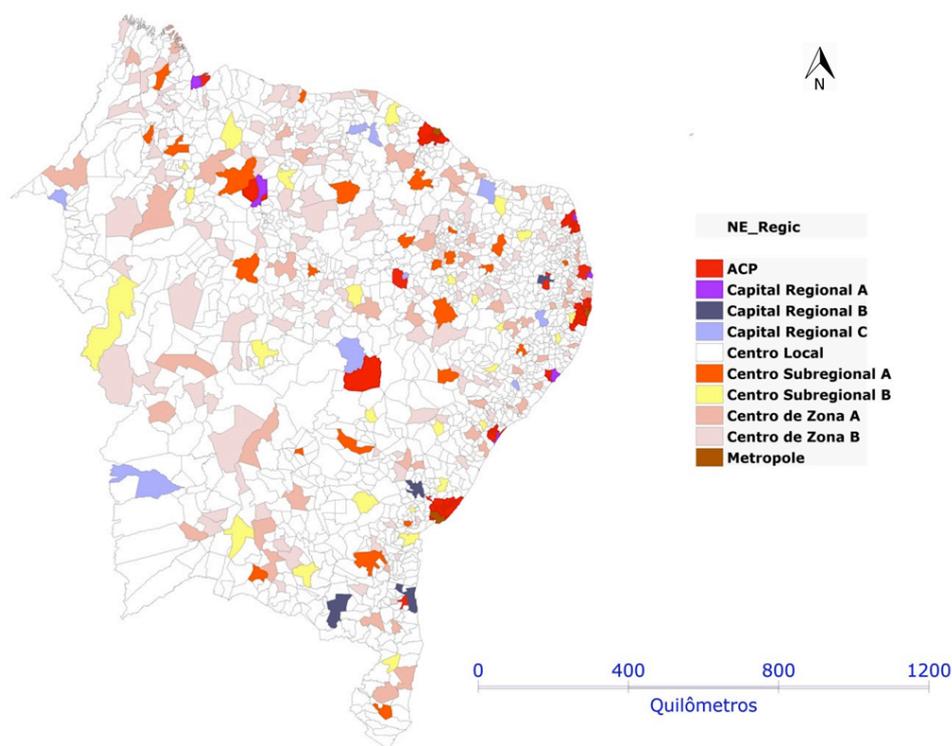
O comportamento da atividade econômica regional, explicitados pelos dados do emprego, mostra à priori que os percentuais de salários são sempre menores que àqueles relacionados ao número de pessoas ocupadas e unidades locais, em todos os setores da atividade econômica. Ao examinar os mesmos dados do CEMPRE pela economia urbana e desagregação do terciário, o quadro do emprego urbano revela que no comportamento do emprego urbano apenas os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia são os únicos da região Nordeste que apresentam percentuais de participação nacional acima de 2% tanto referente às pessoas ocupadas, massa salarial quanto às unidades locais de empresas. Tais dados confirmam, assim, a funcionalidade urbana, a importância nos fluxos inter e intra regional e a centralidade das metrópoles regionais de Fortaleza, Recife e Salvador no cenário urbano do Brasil e do Nordeste; ao mesmo tempo em que revelam o traço dos estímulos relativamente autônomos decorrentes do próprio processo de urbanização regional, que derivam do crescimento vegetativo da população urbana, ponderado pelo nível de distribuição de renda sobre o emprego urbano e, particularmente, o emprego no terciário urbano.

Desse modo, o desempenho recente da economia regional e sua resultante urbanização deve ser buscado, também, pela articulação entre a formação econômica do Nordeste e as transformações recentes da urbanização brasileira, quais sejam: a) interiorização da rede urbana; b) disseminação do fenômeno das aglomerações urbanas; e c) existência regional de grandes estruturas urbanas. A rede urbana configurada no Sudeste e Sul do país abriga não somente as cidades que comandam a vida econômica do país, mas também é historicamente mais densa e melhor estruturada que as malhas das demais regiões brasileiras –

o Nordeste inclusive – nas quais predominam os pequenos centros urbanos (mais de cinco mil centros de zona ou centros locais), conforme classificação do IBGE, divulgado em 2008, pelo estudo Região de Influência de Cidades (REGIC).

Ao observar a hierarquia dos centros urbanos no Nordeste, mostrado na Figura 2, e tendo como referência a totalidade nacional, destacam-se: as três Metrôpoles (Recife, Salvador e Fortaleza) e seis Capitais Regionais A (João Pessoa, Maceió, Aracaju, São Luís, Teresina e Natal). Em número de três são as Capitais Regionais B (Campina Grande, Ilhéus/Itabuna e Feira de Santana) e oito as Capitais Regionais C (Imperatriz, Juazeiro do Norte, Mossoró, Caruaru, Petrolina/Juazeiro, Arapiraca, Barreiras). Petrolina e Juazeiro aparecem como cidades conjugadas e com *status* de área de concentração de população (ACP). Outras 25 cidades são apontadas como Centro Sub-regional A e 26 cidades como Centro Regional B. Nessa escala intermediária encontram-se as chamadas “cidades médias¹”. As demais cidades nomeadas pelo REGIC em 2008 como Centro de Zona e Centro Local correspondem ao que usualmente é conhecido como “pequenas cidades²”.

Figura 2 – Rede Urbana do Nordeste segundo a Região de Influências das Cidades (REGIC), Nordeste – 2007.



¹O termo “cidade média”, apesar de muito utilizado, não possui uma definição teórica precisa, e muito menos consensual. Pois a noção de cidade média deriva de uma construção intelectual, e enquanto tal, inserida em determinado conceito histórico e geográfico. Aqui foi utilizado o entendimento de Dantas e Clementino (2013).

² O termo “pequenas cidades” está em Silva; Gomes e Silva (2009).

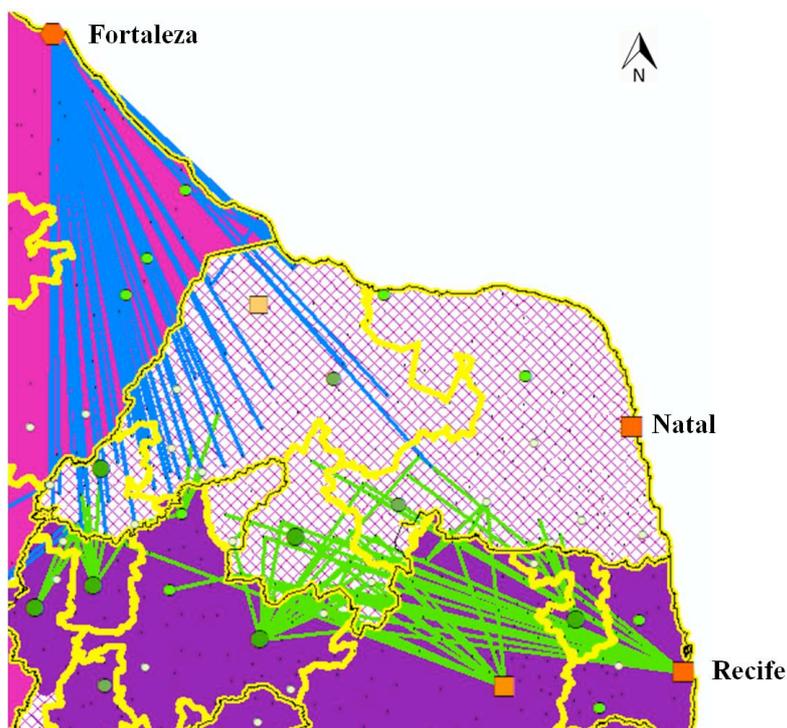
Fonte: IBGE - REGIC, 2008.

O REGIC (IBGE, 2008), também destaca a existência de duas dinâmicas distintas na rede urbana nordestina: uma do interior, outra do litoral especificamente das capitais (estaduais), tanto para comércio como para serviços.

A ausência de alguns níveis na hierarquia urbana, conforme a classificação do REGIC é característica da rede urbana do Nordeste que apresenta “distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz. [...] nesta região, as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços e são poucas as opções de centro intermediário” (IBGE, 2008, p. 13). Neste estudo ainda se ressalta que os centros existentes na rede urbana nordestina apesar de poucos, exercem forte polarização em suas áreas. O que nos leva a supor que por serem poucos possam ter suas áreas de influências mais abrangentes. Em síntese, a organização espacial tende, ainda, a ser desequilibrada, devido à intensificação do processo de urbanização em direção apenas a determinados espaços sub-regionais e ao processo de litoralização que vem se manifestando por meio das aglomerações urbanas não-metropolitanas, como é o caso de Natal detalhado a seguir.

Conforme podemos observar na Figura 3, a área de influência das metrópoles nordestinas, como metrópoles regionais, é bastante ampla e ultrapassa as fronteiras estaduais, chegando a dividir estados, como o Rio Grande do Norte, polarizado tanto por Fortaleza como por Recife. Porém, ao se verificar essa dupla rede de influência sobre o estado potiguar, tem-se a redefinição da tradicional influência exercida por Recife: agora não mais exclusiva e dominante.

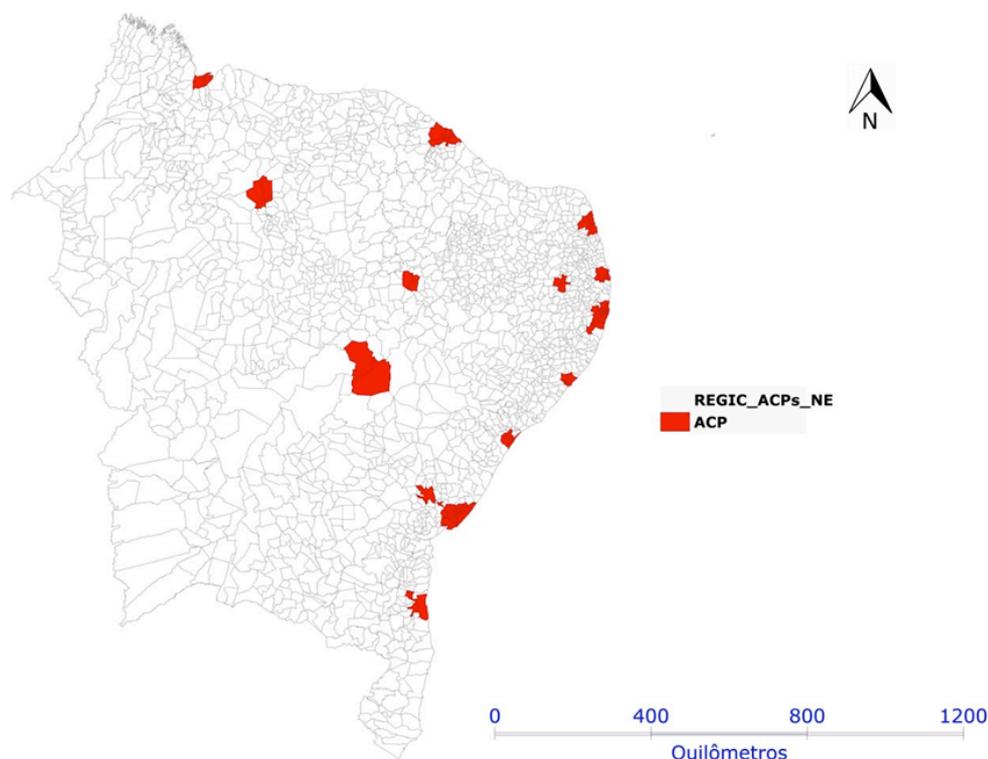
Figura 3– Área de Influência das Metrôpoles, Rio Grande do Norte – 2007.



Fonte: IBGE- REGIC, 2008.

Ao cobrir uma extensa área do interior nordestino, a macrocefalia urbana das metrópoles e das Áreas de Concentração de População (ACP's) revela a existência de uma rede urbana ainda dispersa e atomizada e a pouca importância, que ainda tem hoje, a rede urbana do interior em sua articulação para fora do Nordeste, a qual indica a manutenção da rede tradicional decorrente da influência das capitais regionais e a ampliação de outra rede de influência que adentra para o interior da região polarizada, sobretudo, por centros sub-regionais, como ilustra a Figura 4.

Figura 4 – Áreas de Concentração de População (ACPs) segundo a Região de Influências das Cidades (REGIC), Nordeste – 2007



Fonte: IBGE - REGIC, 2008.

Como se vê, “a rede urbana nessa região [Nordeste] é fortemente comandada pelas capitais dos estados, apoiada em poucos centros do interior” (IBGE, 2008, p.143).

Natal no contexto da metropolização brasileira e regional.

Natal foi institucionalizada como Região Metropolitana em 1997, mas os primeiros indícios do processo de metropolização em seu território começam a aparecer, já nos 1970: a expansão das periferias urbanas e o surgimento das cidades dormitório. As articulações econômicas e espaciais do contexto geral incidiram sobre centros intermediários. Ao tomar Natal – uma “aglomeração urbana não metropolizada” – para análise, acredita-se que os efeitos daí decorrentes ocorreram localmente em menor grau e intensidade, considerando o processo de metropolização brasileira.

Mas, pergunta-se, de que forma se insere uma “aglomeração urbana” não propriamente metropolitana como Natal ao processo de “metropolização brasileira”, ponderando a nova ordem neoliberalizante que se manifesta nos territórios metropolitanos no período de 1980-2010?

Em certa medida, o neoliberalismo no país – que avança a partir do governo de Fernando Collor e ganha força com o de Fernando Henrique Cardoso – foi precocemente internalizado pelos “governos mudancistas” do Nordeste, que sustentaram um discurso assentado em dois vetores: gestão pública eficiente, enxuta e com participação mínima do Estado por um lado; e atração de investimentos por outro (Lima Jr, 2014). No Nordeste, o Estado teve papel importante na nova rodada de acumulação que emergia com as transformações do capitalismo e a política local influenciava nos rumos da mudança. Ainda que o governo local passasse a ser o responsável pelo desenvolvimento econômico estadual, no RN o discurso não se revelou como prática, sendo tímida sua participação na “modernização de superfície” (Lima Jr, 2014). Em Natal não foi diferente: o avanço da metropolização não se desvinculou do ajuste neoliberal, tendo a Capital um papel estratégico na captura dos fluxos sobre o espaço potiguar e seus vínculos com outras arenas.

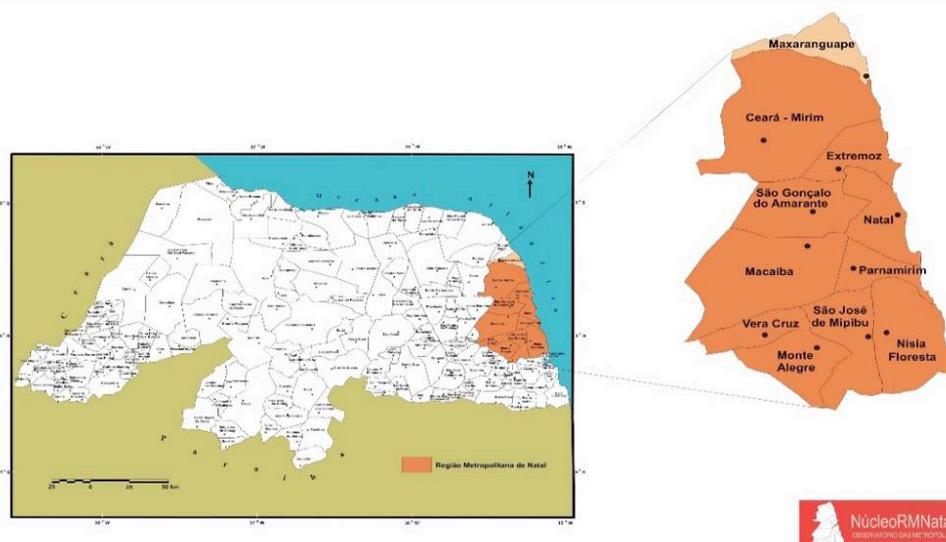
O padrão seletivo apontado na construção dos estudos que dão base a este trabalho é manifestado por meio de deslocamentos ocorridos na Região Metropolitana de Natal (RMN) nos anos de 1980 e no período entre 2000 e 2010. As maiores mudanças aconteceram na década de 1980, quando teve início a configuração da “metrópole em formação” (Clementino et al., 2009); e no período referente aos anos 2000 a 2010, no qual os impactos da reestruturação produtiva no RN articulam-se com os processos globais que expressam a lógica da renovação da acumulação. Mais uma vez a Capital é privilegiada, pois a lógica da renovação da acumulação no RN recai em setores particularmente urbanos, a exemplo do turismo e de sua imbricação com o imobiliário - substanciando o que foi denominado de “imobiliário turístico”³.

Inicia-se a análise pelas características do processo de metropolização, ou seja, pelo contexto no qual se insere a dinâmica de constituição do espaço metropolitano de Natal – seu poder de articulação e de polarização no território regional e nacional – e os novos arranjos espaciais e suas conexões às configurações territoriais, conforme Figura 5, com as transformações demográficas e de suas bases produtivas. Para tal, a síntese da estrutura de

³Ver Ferreira e Silva (2006), Dantas, Ferreira e Clementino (2010), Silva (2010); e Silva e Ferreira (2012).

desenvolvimento territorial relacionada à dinâmica populacional e seus rebatimentos na economia urbana, será tratado à continuação.

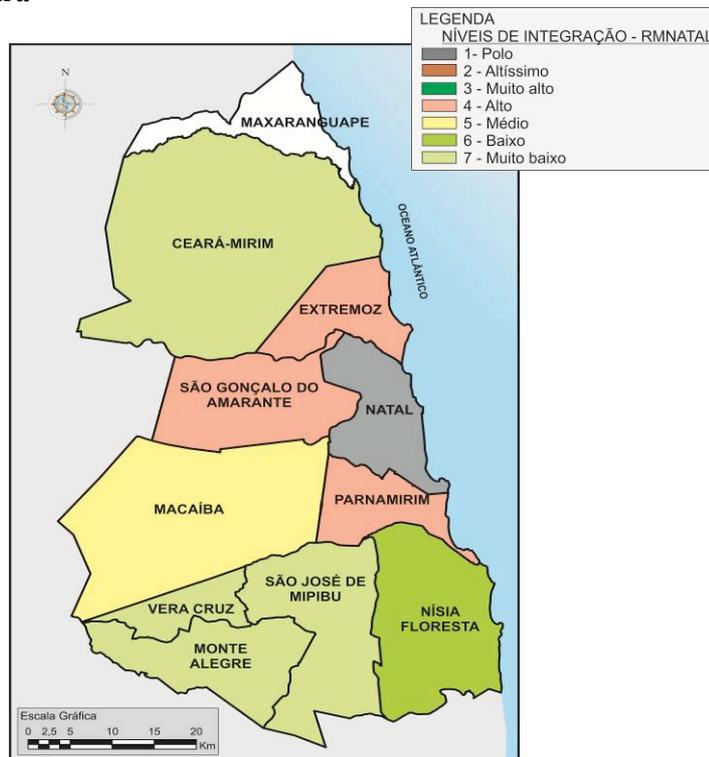
Figura 5- Região Metropolitana de Natal – Localização no Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Mapa base do IBGE, 2009. Núcleo RMNATAL – Observatório das Metrôpoles, 2013.

O REGIC (IBGE, 2008) nos dá elementos para examinar a inserção na rede urbana brasileira dos municípios que compõem o Rio Grande do Norte. Observaram-se poucos deslocamentos na rede urbana potiguar. Indícios ocorridos na zona Oeste do estado com ênfase no município de Mossoró não são suficientes para abalar a confirmação da macrocefalia urbana de Natal em relação ao RN e à sua região metropolitana, ao concentrar excessivamente os equipamentos urbanos de comércio, serviços (públicos e privados), além da forte concentração do mercado de trabalho (como se verá mais adiante). Dos municípios que compõem a RMN, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz apresentam elevado grau de integração metropolitana com Natal, demonstrado na Figura 6, tendo em vista a considerada metropolização no Brasil (Observatório das Metrôpoles, 2012). Embora Macaíba não apresente alto grau de integração, a conurbação de Natal com o município de Parnamirim tem provocado transbordamentos em sua direção aproximando-o de São Gonçalo do Amarante. A rigor, além de Natal, são quatro os municípios que compõem a região metropolitana funcional: Parnamirim e Macaíba, ao Sul e São Gonçalo do Amarante e Extremoz, ao Norte; muito embora, a RMN esteja constituída por 11 municípios.

Figura 6- Níveis de integração dos municípios metropolitanos de Natal à metropolização brasileira



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

Para explorar a relação entre a divisão social do trabalho e seus efeitos sobre a divisão socioespacial, Luiz Cesar Ribeiro (2013) – orientado pela polêmica que alimenta o debate centrado nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais que marcou a era industrial fordista – sugere que o surgimento de uma nova estrutura social é marcado por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Assim, a verificação da posição de Natal no processo de metropolização e sua inserção na rede urbana brasileira pela estrutura produtiva e pelo mercado de trabalho, torna-se necessária para a compreensão das transformações recentes.

Quanto à estrutura produtiva, as recentes transformações ocorridas no RN estão marcadas não somente por movimentos econômicos ocorridos em âmbito nacional, mas por mudanças substanciais próprias da dinâmica econômica local. Diferentemente das décadas de 1970 e 1980, nos anos 2000 a nova institucionalidade – em que os governos estaduais passam a ser o ente responsável em primeira instância pelo desenvolvimento econômico – vai exercer certa contribuição nesse processo. A política de promoção da indústria efetivada pelo Programa Governamental de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), no entanto,

não tem conseguido atrair empresas tecnologicamente avançadas e se voltou para a produção de gêneros industriais tradicionais. Além disso, observou-se a ausência de uma política de desenvolvimento voltada para o interior do estado e um direcionamento dos investimentos para os municípios metropolitanos. O que implicou em excessiva concentração de riqueza, emprego e salários na RMN, demarcada pela clara tendência do PIB do RN nessa localidade, confirmando uma direção historicamente determinada. Dentro dela, Natal continua concentrando excepcionalmente a riqueza, os salários e a ocupação. Entretanto, vem perdendo participação relativa no PIB e também desconcentrando a massa salarial. Mesmo assim entre 2003 e 2010, Natal absorveu aproximadamente 75% do PIB do RN.

Nesse contexto de intensas mudanças o mercado de trabalho se apresentou com dinamismo; embora sem ocorrências importantes nos rumos da modernização estrutural do setor industrial e no destaque da RMN neste processo. Para William Pereira, Marconi Silva e Denilson Araújo (2014), se considerar as últimas três décadas, a RMN sofreu significativa transformação no seu mercado de trabalho: 1) redução na participação da RMN no número de pessoal ocupado no estado, porém com a concentração das atividades e ocupações econômicas na capital, Natal; 2) concentração, em relação ao RN, no emprego formal e nas atividades econômicas vinculadas à indústria da transformação, construção civil, serviços industriais de utilidade pública, comércio e serviços em geral; 3) redução na participação da RMN no número de pessoal ocupado no estado com redução na participação de Natal, sem alterar o perfil da RMN, no volume de pessoal ocupado (Pereira et al., 2014).

Uma mudança significativa do perfil ocupacional da RMN é a diminuição da ocupação no segmento administração pública, defesa e seguridade social (de mais de 47% para 29% no período 2003-2010) em relação ao crescimento do setor de comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos que praticamente duplicou sua participação (de pouco mais de 11% para mais de 20%) no mesmo período. Quanto a evolução do pessoal ocupado na indústria de transformação na RMN, Natal ainda é responsável por um terço de toda a ocupação nesse ramo industrial no estado e por mais da metade da RMN. Isso revela que o movimento de concentração da massa salarial frente ao movimento de desconcentração da ocupação na indústria de transformação implica num processo de concentração das ocupações de maiores níveis salariais em Natal (Pereira et al., 2014).

Na RMN, a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000 e 2010, apontam relativa melhora no que concerne às taxas de ocupação da força de trabalho, mas denunciam maiores taxas de empregos informais nos anos comparados. Esse grau de “não-proteção

social” pode ser explicado pelo próprio nível de renda gerado na economia, pois muitas são as atividades com baixa remuneração. De certa forma, a condição de “não-proteção social” ainda elevada no mercado de trabalho tem como consequência a absorção de uma mão de obra pouco qualificada. De modo geral, a estrutura sócio-ocupacional entre os anos 2000 e 2010 manteve as mesmas características e não sofreu alterações significativas em sua composição.

É certo que existe um mercado de trabalho demandado pela dinâmica metropolitana que se caracteriza por ocupações de caráter mediano e inferior, manual e tradicional, demandado pela estruturação e dinamismo do setor terciário. Desse modo, o perfil sócio-ocupacional metropolitano de Natal é marcado por fortes diferenciações, e que resulta em um baixo nível de valor agregado em nível educacional e de renda, indicando um território como fortes assimetrias sociais (Pessoa, 2014).

A relação com a transição demográfica experimentada pela sociedade brasileira também é fundamental para a compreensão do fenômeno urbano-metropolitano. No contexto atual de diminuição da pressão demográfica – especialmente pela baixa fecundidade e redução dos ritmos de crescimento populacional – há elementos da estrutura urbana que atuam sobre o comportamento da população e sua movimentação no espaço. Em Natal, há redução do ritmo de crescimento populacional do polo metropolitano da RMN em detrimento do crescimento dos municípios do seu entorno. Natal tende, assim, para um crescimento populacional negativo considerando a baixa taxa de fecundidade e o saldo migratório negativo da década de 2000, respondendo cada vez menos pela participação demográfica da RM. Ao contrário, Parnamirim não somente atrai a população de Natal, mas também participa de grande parte da atração migratória que a RMN possui, o que lhe favorece a evidenciar na sua estrutura etária uma população muito jovem. Este dado contrasta com o observado na RMN entre 1991 e 2010, na qual o índice de envelhecimento aumentou sistematicamente, chegando a 40 idosos para cada 100 jovens com menos de 15 anos em Natal. Com as baixas taxas de fecundidade encontradas no polo e, principalmente, com o ritmo do declínio evidenciado em toda RMN, o envelhecimento populacional tende a ser rápido. Duas exceções são Parnamirim e São Gonçalo do Amarante que, apesar de baixas taxas de fecundidade, possuem os menores índices de envelhecimento de toda a RMN (Freire et al., 2014).

Outras tendências demográficas e sociais consideradas tradicionais também estão apresentando mudanças. Por exemplo, as taxas de fecundidade têm apresentado reflexos importantes na estruturação das famílias e dos arranjos domiciliares que, por sua vez, irão

refletir no processo de ocupação e consumo do espaço nas áreas urbanas, pois a forma de viver e morar também se altera em conjugação com tantas mudanças importantes.

A estrutura social configurada neste contexto apresenta-se com intensas diferenciações internas, com índices de PIB, de educação e de IDH muito diferentes, mas, ao mesmo tempo, próximos no que diz respeito à produção de um território desigual: são fortes as desigualdades sociais no espaço intra-metropolitano. Os índices de pobreza em Natal se apresentam muito superiores aos demais municípios da RM, fazendo com que ocorra maior dissolução do PIB total em relação ao PIB *per capita*. Grande parcela das pessoas alfabetizadas na RM não tem, inclusive, o ensino fundamental completo. Metade da população mais pobre dos municípios da RM se apropria na média de apenas 10,4% da renda total municipal. Natal, embora mais rica, pois concentra a produção, o dinheiro e os serviços é o município mais desigual internamente, com visíveis bolsões de pobreza, poluição ambiental e falta de infraestrutura urbana em grande parte de seu território. A grande maioria dos domicílios de todos os municípios metropolitanos é mantida com uma renda mensal de até dois salários mínimos mensais, sendo que alguns municípios apresentam, de modo recorrente, indicadores socioeconômicos muito preocupantes (Gomes et al, 2014).

Considerações finais

Numa realidade de expressiva singularidade, como a da Região Metropolitana de Natal, buscou-se compreender o contexto no qual se insere a dinâmica de constituição desse espaço, seu poder de articulação e de polarização no território regional e nacional em face ao processo da metropolização brasileira, bem como os novos arranjos espaciais e suas conexões com as transformações, territoriais, demográficas e de suas bases produtivas na rede urbana do Rio Grande do Norte. Produziu-se uma síntese da estrutura de desenvolvimento territorial da capital e seu entorno relacionada à dinâmica populacional e seus rebatimentos na economia urbana à luz dos movimentos da metropolização brasileira.

Observou-se, por um lado, que os principais elementos da estrutura de desenvolvimento territorial urbano estão relacionados à estrutura produtiva e às dinâmicas sócio-ocupacionais e que as mudanças se fazem presentes na organização desse território metropolitano pela lente do mercado de trabalho. Por outro, a dinâmica populacional e seus rebatimentos na economia urbana, propiciaram uma melhor compreensão das manifestações concretas do aprofundamento das desigualdades sociais no período analisado (2000-2010).

A dinâmica recente do desenvolvimento urbano das Áreas de Concentração de População (REGIC, 2008), entre elas Natal, como metrópoles em formação, em que o processo de metropolização já é visível e cuja tendência é de continuidade, de certa forma está influenciada pelo peso funcional da situação política administrativa como capital de unidade federativa. Poderiam, dessa forma, serem chamadas de metrópoles estaduais uma vez que os fenômenos metropolitanos não acontecem em sua plenitude.

Agradecimentos:

As autoras agradecem ao CNPq o apoio financeiro e as bolsas recebidas; e ao Observatório das Metrópoles pela oportunidade da pesquisa em Rede.

Referências Bibliográficas

Cano, W. 2008. *Descontração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo, Editora da UNESP.

Clementino, M. L. M. e Ferreira, A. L. (ed.). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. No prelo.

Clementino, M. L. M.; Pessoa, Z. S. 2009. *Natal: uma metrópole em formação*. São Paulo, EDUC.

Clementino, M. L. M.; Pessoa, Z. S. 2013. *Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste: desenvolvimento urbano*. Fortaleza, BNB, Nota Técnica.

Dantas, E. W. C.; Ferreira, A. L.; Clementino, M. L. M. 2010. *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

Dantas, J. R. Q.; Clementino, M. L. M. 2013. O papel das cidades inter-médias para o desenvolvimento regional : um estudo a partir dos centros sub-regionais de Pau dos Ferros (Rn) Cajazeiras (Pb) e Souza (Ce). *Geo UERJ* - Ano 15, nº. 24, v. 1, p. 228-255.

Ferreira, A. L.; Silva, A. F. C. 2006. *Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliária-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles*

nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza. Natal, UFRN – Núcleo Local do Observatório das Metrôpoles, Relatório de Pesquisa.

Freire, F.; Ojima, R.; Gonzaga, M. R. Dinâmica Demográfica da Região Metropolitana de Natal. In: Clementino, M. L. e Ferreira, A. L. (ed.). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. No prelo.

Gomes, R. C.; Dantas, J. Q.; França, R.; Ferreira, L. A metrópole de Natal na rede urbana brasileira e sua configuração interna In: Clementino, M.L. e Ferreira, A. L. (ed.). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. No prelo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE. 2008. *Região de Influência das Cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. 2010. Censo Demográfico.

Lima Jr, F. 2014. *Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará durante o período de 1980 a 2010*. Campinas, Unicamp. Tese de doutoramento.

Observatório das Metrôpoles. 2012. *Níveis de integração dos municípios brasileiros em RM's, RIDEs E AU's à dinâmica da metropolização*. Curitiba. Relatório.

Pereira, W.; Silva, M. G.; Araújo, D. A Região metropolitana de natal na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: Clementino, M. L. e Ferreira, A. L. (ed.). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, LetraCapital/Observatório das Metrôpoles. No prelo.

Pessoa, Z. S.; Dias, A. P. O Perfil Sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Natal: análise de 2000 a 2010. In: Clementino, M. L. e FERREIRA, A. L. (ed.). *Natal: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles. No prelo.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 2013. *Transformações da ordem urbana na metrópole liberal-periférica: 1980/2010, hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles (texto inédito).

Silva, A. F. C. 2010. *O litoral e a metrópole: dinâmica imobiliária, turismo e expansão urbana na Região Metropolitana de Natal-RN*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Tese de doutoramento

Silva, A. F. C.; Ferreira, A. L. 2012. Imobiliário-turístico no litoral nordestino: investimentos estrangeiros e impactos locais potiguares. In: Fonseca, M. A. P. (Org.). *Segunda residência: lazer e turismo*. Natal: EDUFRN, p. 127-155. V. 1.

Silva, A. B.; Gomes, R. C. C.; Silva, V. P. 2009. *Pequenas cidades: uma abordagem geográfica*. Natal, EDUFRN.

Silva, L. A.; Clementino, M. L. M. 2013. *Perfil sócio-ocupacional nas regiões metropolitanas do nordeste brasileiro* [online]. Mercator. v. 12, p. 35-53. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/780/484> [Acesso em de de 2014].

Silva, L. A.; Vieira dos Santos, R. A.; Clementino, M. L. M. 2011. Determinantes do desemprego recente no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal - 2001-2008. *Economia & Tecnologia* (UFPR), v. 26, p. 73-84.